



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Dr. Zacharias Calil

### PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_, DE 2025 (Do Sr. DR. ZACHARIAS CALIL)

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar o crime de adultização digital de criança ou adolescente.

#### O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar acrescido do art. 218-D, no Capítulo II do Título VI, com a seguinte redação:

**Art. 218-D.** Produzir, dirigir, promover, publicar, transmitir ou permitir que se produza, por qualquer meio, conteúdo audiovisual, fotográfico ou textual em que criança ou adolescente seja retratado(a) de modo sexualmente sugestivo ou submetido(a) à adultização digital, com o fim de obter audiência, engajamento ou vantagem econômica direta ou indireta, se o fato não constituir crime mais grave previsto neste Código ou no Estatuto da Criança e do Adolescente.

**Pena** – reclusão, de três a seis anos, e multa.

**§ 1º** Para os fins deste artigo, considera-se adultização digital a erotização precoce com fim de expor, induzir ou estimular criança ou adolescente a simular ato sexual ou carícias de conotação sexual; a destacar, de forma reiterada, zonas erógenas ou partes íntimas com propósito de excitação sexual do público; ou a executar comportamentos, coreografias, encenações ou falas próprios do universo sexual adulto, incompatíveis com sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

**§ 2º** Aplicam-se as definições do art. 2º da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

**§ 3º** Se o crime é praticado por ascendente, padrasto, madrasta, tutor, curador, responsável legal ou por quem detenha a guarda de fato, a pena é aumentada de metade.

**§ 4º** Se houver monetização, patrocínio, recebimento de doações ou qualquer forma de remuneração direta ou indireta decorrente do conteúdo, a pena é aumentada de dois terços.

**§ 5º** Para os fins do § 4º, entende-se por monetização a percepção de receita ou outra vantagem econômica vinculada à publicação, exibição ou distribuição do conteúdo, inclusive por publicidade, patrocínio, assinaturas, doações, venda de conteúdos ou produtos digitais.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Dr. Zacharias Calil

Apresentação: 11/08/2025 08:41:07.710 - Mesa

PL n.3840/2025

§ 6º As causas de aumento previstas nos §§ 3º e 4º podem ser aplicadas cumulativamente.

§ 7º Não configura o delito a participação de criança ou adolescente em obra artística, cultural, jornalística ou educativa, com classificação indicativa adequada e sem erotização injustificada, observada a legislação específica e os direitos assegurados na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

§ 8º Aplicam-se, no que couber, os efeitos da condenação previstos no art. 91 deste Código, inclusive a perda do produto ou proveito do crime e o sequestro ou a apreensão de equipamentos utilizados na prática delitiva, sem prejuízo do disposto no art. 92, inciso II, quando cabível.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

De acordo com o *Relatório Anual 2023* da SaferNet Brasil<sup>1</sup>, organização de referência no combate a crimes e violações de direitos humanos na internet, foram registradas mais de 162 mil denúncias de conteúdos envolvendo abuso sexual de crianças e adolescentes no ambiente digital, um aumento de 58% em relação ao ano anterior. O *Disque 100* (Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos), por sua vez, contabilizou mais de 95 mil denúncias de violações contra crianças e adolescentes, sendo a violência sexual uma das ocorrências mais frequentes<sup>2</sup>. Esses números revelam não apenas a amplitude do problema, mas também a urgência de medidas legislativas específicas para combater novas formas de exploração sexual no meio digital, que se expandem rapidamente por meio das redes sociais e aplicativos de compartilhamento de conteúdo.

A presente proposição tem por finalidade incluir no Código Penal o crime de adultização digital de criança ou adolescente, com o objetivo de coibir práticas que, embora não se enquadrem plenamente nos tipos penais de exploração sexual já previstos, configuram grave violação dos direitos da infância e do desenvolvimento saudável, especialmente em ambientes digitais.

A adultização digital consiste na exposição de crianças e adolescentes em situações, gestos, falas, coreografias, figurinos ou contextos próprios do universo sexual adulto, de forma sexualmente sugestiva, com o intuito de obter audiência, engajamento ou vantagem econômica. Ainda que tais conteúdos não contenham nudez ou ato sexual explícito, eles contribuem para a erotização precoce e para a vulnerabilização de menores, abrindo espaço para a exploração por parte de indivíduos ou redes com interesses sexuais ilícitos.

<sup>1</sup> SaferNet Brasil. *Relatório Anual 2023*. Disponível em: <https://new.safernet.org.br/content/relatorios>

<sup>2</sup> Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. *Relatório Disque 100 – 2023*. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br>





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Dr. Zacharias Calil

Nos últimos meses, diversos veículos de comunicação — incluindo Globo, CNN Brasil, BBC News Brasil, UOL, entre outros — trouxeram à tona casos de exposição digital de menores de forma sexualizada, chamando atenção para a gravidade do problema e para a falta de mecanismos legais específicos que permitam puni-lo. Entre as denúncias de maior repercussão está a feita pelo influenciador Felca, que alertou para a presença e a atuação de pedófilos em redes sociais, explorando conteúdos aparentemente inofensivos, mas que carregam conotação sexual. Segundo a denúncia, e conforme confirmado por investigações jornalísticas, algoritmos de recomendação de vídeos e fotos acabam sugerindo esses conteúdos a usuários com comportamentos suspeitos, facilitando a identificação e o contato com menores.

A situação revelada pelas reportagens mostra que não se trata de casos isolados, mas de um fenômeno estrutural das plataformas digitais, que envolve inclusive monetização, patrocínios e doações vinculadas à exposição de crianças e adolescentes em contextos sexualizados. Esse cenário exige uma resposta legislativa imediata, pois a legislação atual pune com rigor a produção e a distribuição de pornografia infantil, mas não alcança com a mesma eficácia as situações de erotização precoce que ocorrem em larga escala e se disfarçam sob o manto do entretenimento, da moda ou de supostos conteúdos familiares.

A Constituição Federal, em seu art. 227, estabelece como dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à dignidade, ao respeito e à liberdade, colocando-os a salvo de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. No mesmo sentido, o Estatuto da Criança e do Adolescente veda, em seu art. 5º, qualquer forma de exploração, seja física, psicológica, sexual ou moral. A proposição apresentada busca concretizar esses mandamentos constitucionais e legais, criando um tipo penal próprio para a adultização digital, prevendo pena de reclusão e multa, com agravantes específicos quando o crime for cometido por responsável legal ou quando houver vantagem econômica.

Ao preencher essa lacuna, a medida não apenas fortalece a proteção integral assegurada a crianças e adolescentes, como também sinaliza de forma inequívoca que a exploração sexual velada, mesmo que mascarada como conteúdo artístico, cultural ou de entretenimento digital, não será tolerada pelo ordenamento jurídico. Trata-se de um passo essencial para adequar nossa legislação penal à realidade das novas formas de violência sexual no mundo conectado e para assegurar que a prioridade absoluta da proteção da infância seja efetivamente cumprida.

Diante da relevância social da matéria e da urgência em prover instrumentos eficazes para proteger crianças e adolescentes da erotização precoce e da exploração digital, conclamo os nobres Pares a se unirem em torno da aprovação desta proposição, de modo a afirmar o compromisso do Parlamento brasileiro com a dignidade da pessoa humana, a proteção integral da infância e a defesa intransigente dos direitos assegurados pela Constituição e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.





# CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Dr. Zacharias Calil

Sala das Sessões, em                      de                      de 2025.

**Deputado DR. ZACHARIAS CALIL**  
**UNIÃO BRASIL/GO**

Apresentação: 11/08/2025 08:41:07.710 - Mesa

PL n.3840/2025

